

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Class.:

146

Data

15/08/74

Pg.:

Bandeira fala de planos para a Funai

Brasília (Sucursal) — A demarcação das terras habitadas pelos índios, assistência médica, hospitalar e educacional ampla e permanente e o desenvolvimento das comunidades indígenas de forma adequada, visando ao bem-estar individual e à coletividade, foram apontados ontem pelo General Bandeira de Melo, ex-presidente da Funai, como os objetivos básicos do Governo para a política assistencial ao setor.

O ex-presidente da Funai acha que "a Fundação, como instituição essencialmente assistencial, e, por conseguinte, de características financeiras despidas de rentabilidade, ao contrário da quase totalidade dos órgãos vinculados ao Ministério do Interior, estaria em melhor situação num Ministério que tenha por finalidade precípua manter e desenvolver os setores socio-culturais da sociedade brasileira."

HISTÓRICO

Durante a conferência que pronunciou ontem, na Câmara federal, dentro do Simpósio Nacional da Amazônia, o General Bandeira de Melo referiu-se "à preocupação secular do Governo brasileiro em proteger e assistir com a maior eficiência possível os grupos tribais", destacando a participação do Marechal Rondon, que "estimulou a consciência nacional, lançando os fundamentos de uma política assistencial ao índio a ser adotada pelos futuros Governos."

Sobre a adoção de uma divisão territorial peculiar, visando à reunião em cada área administrativa com uma certa uniformidade de fatores ecológicos e de uma descentralização executiva adequada, o General Bandeira de Melo afirmou que somente nessas condições a Funai pode "assistir efetivamente cerca de 80 mil índios."

— Ressalte-se — acrescentou — que essas áreas delimitadas pelo Governo federal não importam confinamento especial, continuando a ser garantido o pleno direito de locomoção do indivíduo e das comunidades indígenas. Elas constituem uma proteção ao índio contra a especulação ou grupos inescrupulosos, garantindo-lhe a posse da terra.

— As missões religiosas que venham prestando qualquer tipo de assistência às populações indígenas continuarão a fazê-lo, respeitadas a legislação em vigor e a orientação do órgão federal competente — é o que estabelece o projeto que modifica o Estatuto do Índio, aprovado ontem pela Comissão de Justiça do Senado.

O projeto visa a restaurar dispositivo do Estatuto, vetado pelo Presidente da República, a fim de, segundo afirmou o Senador Franco Montoro (MDB-SP), "possibilitar a participação das missões religiosas na integração do silvícola, ensinando-lhes a continuidade de um trabalho meritório."